

O atentado contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva, ocorrido na semana passada, veio despertar o país para a emergência de quadrilhas criminosas que, até aqui, têm actuado quase que impunemente. Accionado o alerta máximo, vários cidadãos e homens da lei defendem que é chegada a hora de o Estado mostrar força para suster o avanço do narcotráfico, branqueamento de capitais e outras formas de crime, sob pena de Cabo Verde perder esta guerra para sempre.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES/HERMÍNIO SILVES



O POLVO ACCIONA ALERTA MÁXIMO

Um repatriado dos EUA é tido como o homem que tentou matar na noite do dia 9, quinta-feira, o procurador Arlindo Figueiredo e Silva quando este regressava à casa na companhia da mulher e dos dois filhos - o magistrado comemorava nesse dia nove anos de casado.

Figueiredo e Silva, 40 anos, é apenas um dos magistrados ameaçados por gente afecta à grande criminalidade, segundo uma fonte judicial. *“Não havia ameaça directa contra ele. Mas tanto no caso dele como no de outros colegas seus, nunca se admitiu seriamente a possibilidade de se concretizar as ameaças”*. Questionado sobre a origem dessas ameaças a fonte de **A Semana** é clara: *“Elas partiram sempre do pessoal da droga”*.

Figueiredo e Silva, que na véspera do atentado ordenara uma rusga domiciliar a um cidadão russo, disse ao jornal Correio da Manhã, de Portugal, que o seu agressor é *“um deportado cabo-verdiano que actuou a mando de alguém”*, porque está *“a investigar casos relacionados com tráfico de droga e entrada ilegal de dinheiro no país”*.

Estado de choque

O atentado contra aquele procu-

rador deixou o país em estado de choque. De imediato, vários representantes da nação, do presidente da República às forças políticas, passando pelo governo e os órgãos que gerem a justiça e a Ordem dos Advogados, condenaram o crime, considerando-o um grave atentado contra a Justiça e o Estado de direito em Cabo Verde.

Dos partidos políticos, o MpD foi o que se mostrou mais duro, responsabilizando o executivo pelo ocorrido. O seu líder Agostinho Lopes fez saber que vai chamar a ministra da Justiça ao parlamento para explicações. O primeiro-ministro, José Maria Neves, que se encontrava de visita à Brava, considerou a tentativa de homicídio um *“crime ignóbil”* e apelou para que não se partidarize o assunto.

Entretanto, em parceria com os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público, o governo decidiu reforçar a segurança em torno dos magistrados, sobretudo daqueles que têm em mãos casos considerados delicados.

Ontem, os procuradores de Santiago ter-se-iam reunido na Praia, para discutir a sua segurança e propor medidas tanto para o caso Arlindo Figueiredo e Silva como para accionar os sistemas de protecção

para toda a magistratura. E, até o fim deste mês, prevê-se também um encontro entre os CSMJ e CSMP e a OACV. Os magistrados vão propor medidas, inclusive legislativas ao governo, mas também à OACV, no sentido desta estabelecer determinadas regras de conduta aos advogados.

Entre essas medidas, alguns juristas defendem a alteração da lei do branqueamento de capitais, que impõe o ónus da prova ao Ministério Público nos casos de enriquecimento duvidoso, quando nalguns países é o acusado que tem de provar a origem dos seus dividendos. Também advogam o recurso às escutas telefónicas como forma de apertar o cerco a alguma criminalidade, à semelhança também do que acontece noutras paragens.

O incidente do passado dia 9 é visto, de um modo geral, como um avanço do grande polvo que vem estendendo os seus tentáculos na sociedade, pondo em causa o Estado de direito em Cabo Verde. O número crescente de deportados, na sua maioria sem qualquer controlo policial, é outro indicador que preocupa os cidadãos. Pois, há quem afirme que certos repatriados vêm sendo utilizados pelos narcotraficantes nos *“ajustes de contas”* que quase

já se tornaram *“banais”* no país. A suspeita de que Arlindo Figueiredo e Silva foi baleado por um deportado, como ele próprio já disse, vem, precisamente, reforçar essa tese.

“Esses repatriados integram uma escola de crime que não estamos habituados nem preparados para enfrentar”, diz uma fonte. *“Há crimes, inclusive de morte, que vão acontecendo e a PJ não é capaz de os resolver. Quando não se descobre um crime é um incentivo aos criminosos; se não somos capazes de resolver certos casos que se peça ajuda a outros países, com experiência, para nos ajudarem. Este crime contra Figueiredo e Silva indicia uma certa ousadia do criminoso, seja ele um grupo organizado, seja alguém que decidiu actuar isoladamente”*.

Enfim, as inquietações e interrogações em torno da criminalidade e insegurança são mais do que muitas, não faltando quem responsabilize o Estado pela situação reinante. Ninguém ignora que desde os anos 90 que o tráfico e o branqueamento de capitais instalaram-se no país sem que nada se lhes tenha posto cobro. Mais uma vez, o atentado contra Figueiredo e Silva é apontado como consequência de um certo *“deixa andar”* que se instalou entre nós, com a conivência, amiúde, da classe política.

PGR foi ameaçado

Mero aviso (como alguns crêem) ou homicídio frustrado, a verdade é que o atentado contra Figueiredo e Silva é visto como a concretização de uma ameaça que há muito paira sobre certos homens da lei. Entre os magistrados que já sofreram ameaças consta o próprio procurador-geral da República. Em finais de Julho deste ano, Franklin Furtado encontrou o seu carro riscado e coberto de fezes. Apesar de a polícia ter sido chamada e de o caso ter sido investigado, até hoje ninguém foi detido.

O aviso ao PGR aconteceu na mesma altura em que a judiciária desmantelou um plano para executar o director da Cadeia de São Martinho, dois inspectores e três agentes da PJ e ainda um procurador da Comarca da Praia. Este teria mesmo ameaçado abandonar a magistratura caso não lhe fosse garantida protecção policial, o que veio a acontecer em Outubro.

A **Semana** sabe também que no âmbito deste esquema de eliminação dos homens da lei, a PJ chegou a identificar suspeitos e a ouvir em depoimento algumas pessoas. Só que, uma vez mais, ninguém foi punido. E, agora, fala-se numa outra lista da qual constam advogados, empresários, etc.

O clima entre os profissionais da justiça, tanto do Ministério Público como da polícia, é de apreensão, não obstante o encorajamento recebido estes dias tanto do procurador

Franklin Furtado como do primeiro-ministro, José Maria Neves, e do presidente Pedro Pires. De um modo geral, esse sector afirma-se vulnerável e impotente diante dos meios cada vez mais ousados e sofisticados utilizados pelos criminosos na sua acção, em razão inversamente proporcional à polícia que padece de recursos humanos, materiais e científicos para fazer-lhes face.

Além de meios materiais, os criminosos são acusados de terem ao seu serviço advogados que em dois tempos conseguem livrá-los das malhas da lei. Também se fala em infiltração e corrupção tanto nos tribunais, como no Ministério Público, na PJ e até na classe política. Graças a isso os criminosos são avisados de qualquer iniciativa judicial, especialmente de captura, já que, uma vez alertados, simplesmente desaparecem de circulação, deixando a polícia a ver navios.

“O sistema está corrompido de alto a baixo”, alerta um magistrado. “E o pior é que Cabo Verde não tem meios nem pessoal qualificado para realizar as investigações”, lamenta um outro procurador, para quem a falta de segurança é apenas um item neste emaranhado de problemas. “O único elemento de acusação que nos resta é testemunhal; mas hoje são poucos os cidadãos que aceitam depor, porque se sentem desprotegidos”.

Na prática, o país desenvolveu-se, as relações humanas, passando

pelos criminais, tornaram-se mais complexas e o Estado levou tempo para despertar e se aperceber do polvo que silenciosamente foi estendendo os seus tentáculos na sociedade. Daí que, para certos observadores, não basta combater a criminalidade nos tribunais se socialmente os criminosos, em especial os narcotraficantes, são apontados como modelos de vida a seguir.

“Antigamente, os jovens sonhavam ser estrelas de futebol, hoje sonham ser traficantes. Vêem colegas com menos de 30 anos a ostentar poderosas “viaturas” sem que ninguém lhes crie qualquer dificuldade. Além disso, os que são apanhados, depois de três ou cinco anos de cadeia, saem e continuam a beneficiar dos bens que adquiriram. É tudo isso que tem de ser reanalisado. A luta contra o narcotráfico não terá sucesso se não se atacar os rendimentos adquiridos por essa via. Faz-se pedagogia contra o consumo de droga mas não se faz o mesmo contra o traficante”.

Um magistrado, indignado, aponta o que para ele é um absurdo: “Alguns desses criminosos são presos, e através dos seus advogados, com a ajuda da comunicação social e pretensas organizações de defesa dos direitos humanos, conseguem fazer-se passar por vítimas. Essa comunicação social e essas organizações deviam olhar também para as vítimas dos indivíduos que eles pretensamente pretendem defender”.

Um outro magistrado aponta o

que se passou com os ucranianos presos no ano passado em São Vicente e extraditados há cerca de seis meses para a Espanha, por suspeita de pertencerem a uma quadrilha que opera no eixo América do Sul, África e Europa. “O STJ foi duramente pressionado e desgastado, tentou-se pôr em causa até o presidente da República numa clara estratégia de fragilizar as instituições do país, inclusive com a convivência da comunicação social do Estado e de certos juristas. Esses indivíduos quase eram pintados como santos e os juizes do STJ como uns demónios. Em que país estamos?!”

Por isso, para esse cidadão, a defesa do sistema judicial é algo que não diz respeito apenas aos juizes e aos procuradores. “Deve haver uma maior acutilância da sociedade civil na defesa das suas instituições, a começar pelos tribunais. Isso não exclui o direito à crítica, que também é saudável”. Tanto mais que é precisamente graças a esse direito à crítica que a justiça se encontra há muito na ordem do dia, quer no que diz respeito à morosidade dos processos, quer por comportamentos menos abonatórios de alguns dos seus membros.

Pois, no dizer de um profissional do foro, “no dia em que os magistrados tiverem medo nenhum cidadão pode dormir tranquilo. E este dia está quase a chegar. Sobretudo se o Estado não demonstrar, a partir deste incidente contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva, a sua força”.

CASA ARROMBADA. TRANCA NA PORTA

A revisão da lei de capitais, no sentido de se inverter o ónus da prova aos cidadãos suspeitos de enriquecimento ilícito, é uma das medidas defendidas por vários cidadãos na luta contra a criminalidade organizada. A par disso, a ministra da Justiça, Cristina Fontes, diz que o governo já adoptou um conjunto de medidas imediatas enquanto outras de médio prazo estão em preparação, já que a sua aprovação passa pelo parlamento.

Entre tais medidas consta o pacote relativo à segurança interna e ao sistema de informações, que o ministro da Administração Interna, Júlio Correia, conta levar ao Conselho de Ministros já em Janeiro, para posterior encaminhamento para a AN. “Este é um diploma que precisa de uma maioria de dois terços”, recorda Cristina Fontes, para quem, diante do sucedido contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva, “é possível que o consenso nesta matéria, neste momento, seja mais fácil”.

É que sectores do MpD têm-se mostrado reticentes em relação ao SIR (Serviços de Informação da República), alegadamente, por temerem que essa entidade possa se transformar numa nova polícia política. No entender de um magistrado, “nenhum

país hoje em dia está em condições de enfrentar a criminalidade organizada sem um serviço de informações. O que temos estado a fazer até aqui é a reagir aos acontecimentos e não a prevê-los. Ou nos livramos de vez de certos traumas do passado ou continuamos à mercê dos criminosos que já mostraram que são capazes de tudo”.

Em relação à revisão da lei do branqueamento de capitais, aprovada em 2002, a questão mostra-se de igual modo complexa, já que fazer a inversão do ónus da prova implica a revisão da Constituição. Um outro mecanismo é o das escutas telefónicas.

Cristina Fontes reconhece que há neste momento uma “preocupação” em torno desse tipo de problemática, em especial o ónus da prova no caso do branqueamento de capitais, “mas é preciso haver uma apreciação dos impactos constitucionais dessa questão. Por outras palavras, é um assunto a ser apreciado pelo governo, pelas forças políticas e pela própria sociedade”.

Em relação às medidas de curto prazo com vista à segurança dos magistrados, Cristina Fontes revela que algumas delas já foram accionadas, escusando-se, todavia, a especificá-las por razões de seguran-

ça. “Não se trata de medidas tomadas apenas pontualmente, mas, antes, fruto de um aceleramento de um conjunto de acções que vinham sendo adoptadas no quadro do reforço da polícia, do sistema de segurança nacional e do recrudescimento da luta contra o tráfico e o branqueamento de capitais”.

Entre tais medidas poderá estar a alteração do actual esquema de segurança atribuído a “entidades” públicas. Neste momento, apenas o chefe de Estado, o presidente da AN e o primeiro-ministro estão contemplados por tal esquema, significando isso que o presidente do STJ ou o procurador-geral da República, por exemplo, não se encontram abrangidos. Na mesma situação estão os restantes membros do governo e outros altos representantes do Estado.

Afinal, como reconhece um magistrado, não é possível colocar atrás de cada autoridade um guarda-costas. “Mas o que não se pode admitir é que alguns dos visados pelos criminosos continuem desprotegidos, sem qualquer protecção. Todos temos família e amor à vida. Na semana passada foi o Arlindo Figueiredo e qualquer dia pode ser um cidadão qualquer com algum nível de responsabilidade”.

(IN)SEGURANÇA NOS TRIBUNAIS

O nível de segurança nas salas de audiência dos tribunais é manifestamente insuficiente, segundo alguns magistrados e advogados. Apesar disso, são raros os relatos de agressão contra juízes, advogados ou procuradores dentro dos edifícios. Mas será que o sistema deverá continuar a confiar nas “estatísticas” e minimizar o significado do atentado contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva?



Réus a um passo dos juizes

Os tribunais cabo-verdianos deviam ser melhor policiados e equipados com detector de metais, como medida preventiva de segurança, segundo apreciação de dois magistrados, um secretário judicial e um jurista. A nível geral, reina no seio dos funcionários o sentimento de que os tribunais são locais propícios ao cometimento de crimes contra a integridade física dos juízes, advogados e procuradores. Tudo porque, como dizem algumas fontes, a circulação de pessoas não é controlada e os réus ficam a dois passos de distância daqueles que os julgam. Isto significa, na opinião deles, que nenhuma barreira existe para limitar os movimentos de um eventual agressor, se for invadido por um repentino ataque de raiva.

Apesar destas constatações, a verdade é que poucos tribunais jogam firme na prevenção, preferindo confiar na ideia de que ainda vivemos num mundo civilizado, onde ninguém será doído a ponto de atacar um magistrado, ainda por cima dentro do Palácio da Justiça. Muitos baseiam-se nas “estatísticas” para sustentar a tese de que são raros os casos de perigo eminente registados nos tribunais, em Cabo Verde.

Mesmo agora que aconteceu o atentado contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva, certos magistrados acham pouco provável que venha a haver mudanças radicais na protecção dos agentes do sistema judicial. “Somos alvos fáceis pois, apesar de estar contemplado na lei, temos dificuldades em arranjar uma arma para a nossa defesa pessoal”, diz um juiz da região de Sotavento. Segundo as suas palavras, os magistrados têm pressionado o Ministério da Justiça em relação a esta matéria, mas a resposta tem sido quase sempre a falta de armamento disponível. “Somos até impedidos a procurar armas no mercado negro porque exercemos uma profissão de risco, logo somos alvos de ameaças, muitas das quais por via telefónica”.

CONFIANÇA DESMEDIDA

A confiança dos tribunais na condu-

ta das pessoas é tal que os próprios arguidos vão para as audiências sem serem revistados. Quando se trata de réus presos, o juiz tende a partir do princípio que o suspeito se encontra desarmado, e, por isso, não representa qualquer perigo. No entanto, há casos testemunhados em S. Vicente em que os réus mantêm contacto com outras pessoas imediatamente antes de entrarem para a sala onde irá decorrer o julgamento. Além disso, são colocados num quintal, nem sempre sob vigilância policial, o que aumenta a possibilidade de receberem objectos atirados da rua.

As audiências de julgamento, segundo informações prestadas por funcionários e magistrados de cinco tribunais, decorrem, salvo raras excepções, sem a presença de guardas dentro das salas. A segurança só é accionada nos processos que envolvem réus classificados como perigosos, nomeadamente os traficantes de droga, ou então nos processos de homicídio.

“Falar da segurança no campo judicial não envolve apenas as situações susceptíveis de ocorrer dentro do edifício. Passa pela protecção do edifício à noite, para evitar actos de vandalismo ou tentativas de destruição de processos; envolve a protecção das residências dos magistrados porque o juiz ou o procurador podem tornar-se alvos de tentativas de agressão, aliás como aconteceu com o nosso colega Arlindo Figueiredo; passa por uma estrutura preparada para impedir o contacto entre réus, testemunhas e o público, porque isso pode viciar os julgamentos...”, diz um magistrado do interior de Santiago, que já foi também alvo de ameaças telefónicas. Questionado se as tem comunicado às autoridades competentes, adverte que não basta informar mas sim mostrar que elas, as ameaças, são reais.

“SALADA” DE SERVIÇOS

Em certos municípios, os tribunais funcionam juntamente com outros serviços administrativos, como registo ci-

vil e delegações do Ministério da Educação, etc. A junção destas instituições no mesmo espaço é vista como algo que fomenta a insegurança, devido a uma maior circulação de pessoas. “Ninguém sabe qual o propósito de alguém quando entra aqui. Cruzamos com várias pessoas nos corredores e os próprios juízes usam a mesma escada que os utentes utilizam nos seus expedientes”, adianta um funcionário de um desses tribunais, para quem o povo cabo-verdiano é de boa índole, mas ninguém deve confiar cegamente nesse pressuposto. “Veja o género de crime que tem acontecido especialmente na cidade da Praia. São homicídios encomendados. Quem se sente seguro, ainda mais sabendo que está a mexer com o interesse de gente capaz de matar ou de mandar matar?”

Perante os sinais de criminalidade detectados na sociedade, um magistrado defende que o Ministério da Justiça devia passar a adoptar determinadas condutas, visando a prevenção de um bem comum, que é o sistema judicial. “Repare que não há um policiamento efectivo em determinados tribunais. No caso de uma ilha de Sotavento, posso afirmar que o tribunal nem conta com o apoio policial devido às dificuldades que o comando apresenta. Nessa ilha, o clima social é calmo mas há indícios de que as drogas pesadas começaram a entrar no convívio da juventude. E isto é preocupante”, adverte a nossa fonte, que lança um apelo aos colegas para nunca se intimidarem perante a acção dos malfeitores.

Abordar a (in)segurança nos tribunais, incluindo o de S. Vicente, é um “forçar assunto” na perspectiva de um advogado e de um magistrado. O jurista baseia-se na “inexpressiva” quantidade de casos de agressão registados para sustentar a ideia de que o ambiente é calmo e seguro. “Nunca me senti minimamente ameaçado e creio que existem pouquíssimos casos de tentativas de agressão a funcionários deste tribunal”, afirma o jurista, que parece desconhecer notícias sobre uma tentativa de fogo-posto no antigo tribunal do Min-

delo, a agressão contra um agente da polícia e o facto de um suposto doente mental ter entrado no tribunal munido de uma catana. Neste último caso, segundo informações recolhidas por **A Semana**, o indivíduo estava a dirigir-se para o gabinete de um juiz quando foi descoberto por um funcionário da casa.

Curiosamente, um outro jurista assegura que a falta de segurança nas audiências realizadas em S. Vicente já foi alvo de reparo entre os profissionais da área. Segundo as suas palavras, o grande perigo reside nos julgamentos dos chamados crimes do colarinho branco ou então relacionados com o tráfico internacional de drogas. Nessas situações, adverte, o Tribunal devia ser alvo de medidas suplementares de segurança.

NÍVEIS DE POLICIAMENTO

O nível de policiamento de um Tribunal depende, segundo um oficial, das solicitações da própria instituição feitas à POP. Como deixa entender, a presença de um único agente no Palácio do Povo, em S. Vicente, nada tem a ver com a questão do real efectivo policial do Comando. “As audiências têm decorrido na maior normalidade, por isso o Tribunal não sente essa necessidade de exigir a presença de mais policiais. Mas a instituição sabe que tem essa competência de solicitar reforço, quando bem entender. Aliás, já houve situações em que mandámos agentes para garantir a segurança da instituição, nomeadamente nos processos de droga”, lembra a referida fonte, adiantando ainda que o próprio agente de serviço pode solicitar reforço, se achar necessário.

A presença de um polícia armado dentro da sala de audiência só é consentida por determinação do juiz, segundo explicação do mesmo oficial. Isto para responder à pergunta sobre como poderia a Polícia garantir a integridade física dos membros do Tribunal quando o réu fica a escassos dois metros do juiz e sem uma força de segurança presente na sala.

Kim-Zé Brito

Presidente condecora negociadores da independência

5

O presidente da República vai condecorar, na segunda-feira, os negociadores que, em 1974, asseguraram a independência de Cabo Verde. Trinta anos depois, Pedro Pires, ele próprio chefe da delegação do PAIGC a essas conversações, pretende com o seu gesto render um tributo a Amaro da Luz e José Luís Fernandes (Cabo Verde) e a Almeida Santos e Melo Antunes (Portugal).



19 de Dezembro de 1974, após a assinatura do acordo da independência de Cabo Verde

O gesto do presidente da República marca, na prática, o primeiro de um conjunto de iniciativas que deverão assinalar os 30 anos da independência de Cabo Verde a acontecer a 5 de Julho de 2005. E este gesto terá lugar na Presidência da República, na próxima segunda-feira, 20.

Depois de uma luta armada e política de vários anos sob a égide do PAIGC, a 19 de Dezembro de 1974, Pedro Pires, Amaro da Luz e José Luís Fernandes acabaram por ser os subscritores do acordo da inde-

pendência de Cabo Verde, assinado em Lisboa. Por Portugal subscreveram o mesmo documento o então ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o ministro sem pasta, Melo Antunes.

Através do referido acordo, assinado na presença do então primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves, as duas partes marcaram a data da independência de Cabo Verde, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e um gover-

no de transição de seis meses, integrado por cidadãos portugueses e cabo-verdianos.

Dos três subscritores portugueses, Melo Antunes, tido como o cérebro do Movimento das Forças Armadas, morreu há cerca de cinco anos, daí que a sua condecoração pelo presidente Pedro Pires será a título póstumo. Dos restantes dois, Mário Soares e Almeida Santos, este é o único que nunca foi condecorado pelo Estado cabo-verdiano.

Além de subscrever o acordo da independência, do grupo dos cabo-

verdianos, Amaro da Luz é que único a integrou o governo de transição, como ministro da Coordenação Económica. Com a independência, ele torna-se no primeiro-ministro das Finanças de Cabo Verde. José Luís Fernandes entraria, por seu turno, no governo em 1977, no cargo de secretário de Estado da Administração Interna, Pública e Trabalho. Tanto um como outro haveriam de ser, anos mais tarde, embaixadores na ONU e em Washington, respectivamente. E agora são empresários privados.

SUN RONGMAO, EMBAIXADOR CHINÊS NA PRAIA

“A China mudou e Ca

A China, esse gigante asiático, está a mudar a sua política para com Cabo Verde, o que se traduzirá numa maior abertura da no investimento chinês neste arquipélago nos próximos tempos. Segundo Sun Rongmao, embaixador chinês na Praia, isso vai acontecer de forma significativa e há que continuar a apostar nessa ca

Por: JOSE VICI

Correio das ilhas

Sexta-feira, 17 de Dezembro de 2004



“Quando Cabo Verde se tornou independente, a China ajudou-o na medida das suas possibilidades, à semelhança do que já vinha fazendo desde o tempo da luta de libertação. O meu país desenvolveu-se e hoje está em condições de ajudar muito mais, e é o que contamos fazer”

Sun Rongmao, embaixador chinês na Praia

Sun Rongmao é embaixador chinês na Praia há 10 meses. Diplomata de carreira, fala português fluentemente – aprendeu em Macau –, é ele o homem que neste momento dirige a acção diplomática do seu país em Cabo Verde. Uma diplomacia que começa a ultrapassar os tradicionais laços políticos e da cooperação institucional, para concentrar-se também no sector empresarial. Daí os próximos tempos serem promissores para os dois países, segundo aquele diplomata.

Pequim está representada na cidade da Praia há quase 30 anos, sendo por isso um dos primeiros países, ao lado de Portugal, EUA e da antiga URSS, a estabelecer embaixada na capital cabo-verdiana. Sun Rongmao, inclusive, esteve colocado na Praia, como funcionário de embaixada, entre 1978 e 82. Vinte anos depois regressa e confessa-se admirado: “Sou testemunha viva da grande transformação por que passou esta cidade. O desenvolvimento de Cabo Verde é algo muito impressionante, que nós admiramos”.

Até porque a China sente-se, de certo modo, responsável por esse desenvolvimento. O Palácio da Assembleia Nacional, o Palácio do Governo, o complexo da Biblioteca e Auditório Nacional são algumas das marcas da contribuição chinesa para o progresso de Cabo Verde nestes quase 30 anos de independência. Uma contribuição que se estende ao sector da saúde – Pequim mantém há vários anos uma equipa médica em Cabo Verde, e um sinal de que essa presença vai continuar é a construção recente de um edifício de raiz, em Chã de Areia, para albergar os seus médicos na Praia.

Ademais, as relações entre os dois países estão em vias de conhecer um importante salto, sobretudo se se concretizarem as ideias que Praia e Pequim têm na forja para o sector empresarial. Ain-

da há poucos dias uma das mais importantes empresas chinesas da construção civil, a China Railway Engineering Group, assinou com a Tecnicil um contrato que visa a realização de várias obras que essa empresa cabo-verdiana tem carteira para os próximos tempos e que poderão chegar aos 8 milhões de contos. Também a Câmara Municipal da Praia assinou com o mesmo grupo chinês um contrato, por enquanto de intenções, no sentido de concretizar o projecto Caiada II.

E, provavelmente, na próxima semana, as autoridades cabo-verdianas e o embaixador chinês vão lançar a primeira pedra da barragem de Poilão, uma infra-estrutura de inegável importância para o avanço da agricultura na ilha de Santiago. Além da construção em si desse empreendimento, quatro especialistas chineses virão a Cabo Verde ensinar os cabo-verdianos a tirarem o melhor proveito daquele complexo agrícola, seguindo a máxima chinesa de ensinar a pescar em vez de dar o peixe.

Enfim, depois de construir alguns dos mais importantes edifícios públicos da capital cabo-verdiana e de ter em execução obras não menos importantes no Hospital da Praia, Pequim parece em vias de imprimir uma outra dinâmica à sua presença em Cabo Verde. Uma mudança que passa pelas instalações da sua própria missão diplomática na Praia, que se encontra em obras de remodelação e ampliação e que deverão ficar concluídas em meados de 2005.

Para Sun Rongmao, a mudança vem de todos os lados, e ainda bem. “Cabo Verde desenvolveu-se, hoje é uma democracia mais madura e a amizade entre os nossos dois povos continua. Quando Cabo Verde se tornou independente, a China ajudou-o na medida das suas possibilidades, à semelhança do que já vinha fazendo desde o tempo da

Cabo Verde também”

Cabo Verde. O embaixador Sun Rongmao fala dessa mudança consubstanciada. Segundo ele, nos últimos 30 anos tanto a China como Cabo Verde mudaram capacidade de mudança em benefício de ambos os países.

FRANCISCO LOPES

luta de libertação. O meu país desenvolveu-se e hoje está em condições de ajudar muito mais, e é o que contamos fazer”.

O embaixador chinês acredita que as relações entre Praia e Pequim são promissoras. “A China está a desenvolver-se rapidamente, precisa de investimentos, mas também de exportar o que produz. Cabo Verde também está a passar por um desenvolvimento acentuado, daí ser possível juntarmos os nossos esforços para realizarmos os nossos objectivos. Hoje, as relações entre Cabo Verde e a China não se fazem apenas a nível da cooperação institucional, mas também através de empresas”.

Um elemento que pode jogar a favor dessa nova dinâmica é, no entender daquele diplomata, a presença crescente da comunidade chinesa neste arquipélago. “Quando estive em Cabo Verde, no primeiro mandato, não havia chineses aqui; hoje temos uma comunidade de cerca de 300 cidadãos, espalhados por Santiago, São Vicente, Sal e outras ilhas. Eles gostam de cá estar, sentem-se bem e dizem-se tranquilos. Ou seja, Cabo Verde está a tornar-se cada vez mais atraente tanto para o simples cidadão chinês como para as nossas empresas”.

A chegada e a instalação da China Railway Engineering Group, que vai trabalhar com a Tecnical, é um sinal desse interesse. Trata-se de uma empresa com mais de 300 mil empregados que só em África executa, neste momento, cerca de 50 obras de vulto. “Foram convidados a virem cá, fizeram os seus estudos e chegaram à conclusão que Cabo Verde é um mercado interessante. Já estabeleceram acordos com a Tecnical e a CMP. Se Cabo Verde comprovar que é um mercado empreendedor acredito que a empresa acabará por ficar”.

Mas a China Railway Engineering

Group não é a única empresa chinesa interessada em assentar arraiais em Cabo Verde, segundo Sun Rongmao. A sua congénere Qilu Zhougyu Company, a mesma que está a executar as obras de remodelação da embaixada chinesa, já decidiu estabelecer-se neste arquipélago. “Tendo em conta a dimensão de Cabo Verde é até provável que não haverá lugar para duas grandes empresas chinesas aqui, mas o tempo dirá se as duas irão permanecer ou se apenas uma delas ficará”, pondera o diplomata chinês.

Além da construção civil, há também notícias de outros investidores interessados em Cabo Verde, nomeadamente no sector das telecomunicações e até das finanças, casinos e hotéis. Rongmao apenas confirma a investida de uma empresa chinesa do ramo das telecomunicações. “Esteve cá um representante seu para avaliar o mercado. Nos próximos meses vão tomar uma decisão”.

Mas, ao que tudo indica, depois do pequeno retalhista chinês e da construção civil, fala-se igualmente no sector do cimento. Uma empresa desse ramo está em vias de se instalar em Santa Cruz. “Achamos que Cabo Verde tem matéria-prima de boa qualidade para produzir cimento; o mercado cabo-verdiano precisa, cada vez mais, desse produto e o que sobrar poderá ser colocado no mercado da CEDEAO. Este projecto também está em andamento e vai arrancar brevemente”.

Para Rongmao, a China e Cabo Verde têm tudo para se lançar numa parceria rentável para os ambos os lados. “Felizmente, Cabo Verde tem uma estratégia muito clara quanto ao seu desenvolvimento; a China é bastante forte e precisa internacionalizar-se, cada vez mais. As duas coisas podem complementar-se perfeitamente e por isso as perspectivas que se colocam aos nos-



sois países são boas neste momento”.

A nova imagem da China na Praia

Tida como a grande potência deste século, com um crescimento médio anual à volta dos 10 %, a China decidiu apostar na sua imagem em Cabo Verde. Além de um embaixador *soft*, que se expressa normalmente em português, Pequim está a remodelar e a ampliar as suas instalações diplomáticas na Cidade da Praia. O antigo edifício e anexos foram praticamente deitados abaixo e no seu lugar estão a surgir novas instalações, modernas e sofisticadas. As obras encontram-se a

meio do caminho e Sun Rongmao acredita que dentro de seis meses elas estarão concluídas.

“Estamos a mudar tudo”, diz o diplomata, para quem o seu país precisa projectar em Cabo Verde uma outra imagem de si próprio dentro do espírito de mudança e modernização por que tem passado, desde que em 1978 o então líder chinês, Deng Xiao-ping, resolveu abrir a China ao mundo. “O anterior edifício era muito modesto. Além da necessidade de projectarmos o nosso país, precisávamos melhorar as condições de trabalho dos nossos funcionários. Vamos mudar tudo, desde a secção consular à casa do guarda, passando pelo piso”.

Sexta-feira, 17 de Dezembro de 2004

Correio das ilhas

ESTÚDIO L&D PROJECTOS INVADIDO

O estúdio de arquitectura L&D foi invadido por um assaltante, cuja única preocupação foi desconfigurar os computadores portáteis da empresa, apoderar-se de três contratos e roubar um conjunto de cd-rom contendo registos de projectos e programas informáticos. Isto além de ter levado consigo um envelope com doze mil escudos, que estava guardado numa gaveta fechada à chave.



Assalto informático

O arquitecto David Leite assegura que havia objectos valiosos dentro das salas - como uma máquina fotográfica digital, dois computadores portáteis, impressoras e cinquenta CDs de música - o que, para ele, demonstra que se trata de um assalto planeado, cuja única intenção residia na tentativa de prejudicar a empresa.

"Quem entrou aqui sabia aquilo de que andava à procura. Não foi um assaltante qualquer. Trata-se de alguém que tem noções de informática e veio com o propósito de destruir e apoderar-se dos nossos dados", afirma Leite, que evita, entretanto, levantar quaisquer suspeitas. Como diz, tem um relacionamento saudável com

os colegas arquitectos residentes na cidade do Mindelo, a ponto de fazerem paródias juntos e trocarem informações e conhecimentos entre si, sem nenhum problema. "Existe uma união entre os elementos da nossa classe, por isso não acredito que tenha sido alguém da nossa classe a planear este acto", acrescenta.

O certo é que a L&D Projectos entrou recentemente na área da construção civil em São Vicente, passando ela própria a executar os projectos dos seus clientes. Segundo David Leite, os seus conhecimentos pessoais são ainda limitados nesse sector. Mas nem por isso se atreve a afirmar que o plano partiu de algum empreiteiro

instalado no mercado mindelense.

Para entrar no estúdio, o assaltante subiu ao terraço do prédio, situado na avenida Baltasar Lopes da Silva, e desceu por um tubo até encontrar poiso num aparelho de ar condicionado. De pé nessa estrutura, forçou uma janela que dá acesso à empresa.

Uma vez dentro da casa, o invasor arrombou gavetas, espalhou documentos pelo chão, abriu computadores, fez tudo nas calmas. Abandonou o local mas deixou as suas impressões digitais na janela, além de outros sinais recolhidos pela Judiciária. O caso está sob investigação policial.

Kim-Zé Brito

OS MESMOS SUSPEITOS

JULGAMENTOS POR FURTO

Terminado o julgamento de um grupo de quarenta e três arguidos acusados de furto e receptação, o Tribunal de São Vicente tem em mãos mais dois processos similares envolvendo, respectivamente, vinte e três e quinze réus. Os três processos parecem ter uma clara conexão pois, segundo uma fonte do Tribunal, os réus, receptadores e o modo de actuação dos suspeitos são praticamente os mesmos.

A audiência do caso relacionado com os vinte e três arguidos teve início esta semana e, a acreditar num jurista, os suspeitos confessaram a autoria de quase todos os assaltos. E, nas situações em que ne-

garam a sua responsabilidade criminal, terão sido contrariados pelo depoimento das testemunhas.

Num outro processo judicial, um jovem foi condenado a três anos e nove meses de prisão, mais dez meses de multa, pela prática de cinco assaltos enquanto que oito pessoas ficaram absolvidas dos crimes de receptação.

Ultimamente, a actividade do Tribunal Criminal de São Vicente tem estado concentrada no julgamento de processos relacionados com furto, embora esteja agendado para a próxima semana o esclarecimento de um caso de violação sexual.

KzB

Pequenos marginais amargam o nosso Natal

M. é cabo-verdiana, mas como tantos crioulos vive no estrangeiro. E como tantos crioulos, o período de Natal chama-a à terra. Só que este Natal tem um gosto amargo para M que, num passeio no início da noite pela cidade da Praia, depois de acompanhar uma actividade no Palácio da Cultura, foi atacada por um bando de pequenos marginais. Ela e o seu namorado ainda têm no corpo a marca de uma noite que não conseguem esquecer.

Andar a pé pela cidade da Praia, mesmo à noite, era para M. um hábito de muitos anos. E desta vez, em férias de Natal foi repetir a rotina. Saiu do Palácio da Cultura por volta das 20 horas. Ela e o namorado desceram a pé rumo a Avenida dos Combatentes. Ainda iam a meio da Rampa de São Januário quando passou por eles um jovem que o namorado achou suspeito. "Meu namorado chamou-me a atenção para o facto dele ter uma navalha na mão". Quando M. resolveu olhar para trás já era um bando de "10/11 crianças e jovens que vinham em nossa direcção". Um deles, ao que tudo indica, o mais velho, "pediu-me dinheiro e eu disse que não tinha".

Diante da resposta, ele avançou para arrancar das mãos de M. a sua bolsa. "Resisti e ele deu-me com uma garrafa no ventre, com tanta força que a garrafa se partiu". Paralelamente a isso, os outros elementos do bando começaram a atirar garrafas contra o casal. Os dois, na tentativa de livrarem-se do ataque, saltaram para o meio da via a tentar, pedir ajuda a uma viatura que passava, mas sem resposta. Atrás de si o bando continuava a atirar-lhes com garrafas. "Acho que nos confundiram com turistas" - conta M. E o ataque só terminou quando o casal, desesperado, entregou a bolsa.

E, mais do que os seus pertences, das dores e nódoas negras pelo corpo, M. acabava de perder a sensação de segurança que tinha quando, não há muito tempo, passeava tranquilamente pela Praia. No dia seguinte, ela, que esconde o nome... por medo, neste caso de alguma retaliação, até tentou sair novamente. "Mas não consegui relaxar". Cada rosto, cada movimento diferente, cada barulho e era a sensação de que a história ia repetir-se. Junta-se a isso a tristeza de M. em constatar que a sua terra já não é o que era. "Fiquei muito, muito triste".

Uma história que infelizmente se repete nestes tempos que antecedem o Natal e em que todos querem festejar. A Semana tem notícias de grupos de meninos a actuar em certas zonas da cidade para assaltarem transeuntes. É o que acontece na Achadinha, onde há pessoas que já foram confrontadas por meninos armados de garrafas e paus a dirigirem-se-lhes em tom ameaçador. Há, igualmente, em Achada de Santo António pequenos marginais cujo alvo preferido são quer as crianças mais pequenas, a quem atacam para lhes roubar o seu material escolar, quer aquelas que ainda se arriscam a sair sozinhas para comprar o pão. Segurança precisa-se. Pequenos marginais: quem lhes dá a mão?

Pai espanca filha

O corpo de "Leila" não esconde as agressões de que foi alvo, na semana passada. Marcas da brutalidade do próprio pai que essa criança, de seis anos, terá dificuldade em esquecer no presente e no futuro, até porque na sua pele clara ressaltam as muitas manchas negras que lhe cobrem a face, pernas e costas.

A cara inflamada com que "Leila", aluna do 1º ano na Ponta do Sol, chegou à escola na quinta-feira passada chamou a atenção da professora e dos coleguinhas, que logo procuraram saber o motivo daquela "deformação". Ouvida a criança, a gestora da escola apresentou de pronto uma queixa contra o pai da mesma à esquadra policial, que encaminhou o processo ao Ministério Público.

Segundo informações recolhidas por A Semana, "Leila" foi espancada na face e outras partes do corpo porque "desobedeceu ao pai ao mexer em algo - um bolo ou qualquer coisa do tipo - que este tinha para vender". Um motivo "fútil" que, no dizer de técnico social, não justificava nem sequer uma "palmada, muito menos ainda a brutalidade de que aquela criança foi alvo, ficando com o rosto todo inchado". Aliás, "Leila" terá ficado tão atormentada com o acto praticado pelo pai que não quis despir-se

para ser examinada.

E perante esse acto violento, o Ministério Público entendeu que a criança, cuja mãe reside na ilha do Sal, deveria ficar sob tutela de outra pessoa já que o pai demonstrou não ter tolerância suficiente para o exercício da paternidade. Sendo assim, "Leila" permaneceu na casa de um funcionário da Justiça, conhecido da família, até que a avó regressasse à ilha de Santo Antão.

Ao que tudo indica, o MP pondera mesmo intentar uma "acção de inibição do exercício paterno" para que a guarda definitiva da "Leila" seja entregue à avó ou à própria mãe. É que continuando a viver com o pai, a criança corre o risco de sofrer mais agressões físicas, que poderão levá-la a desenvolver algum trauma sócio-educativo no seu processo de crescimento.

Entretanto, um ribeirão-grandense foi entregue também ao Ministério Público acusado de maltratar, injuriar e ameaçar a sua mulher e os filhos. Ao que parece, há algum tempo que o referido indivíduo, de 46 anos, vem causando distúrbios em casa, e na última semana foi apresentado à polícia pela filha, que reside em São Vicente.

JAM





DGS anuncia criação do serviço de hemodiálise na Praia

DOENTES RENAIIS

tratados em Cabo Verde

Além de uma unidade de oncologia para o tratamento do cancro, Cabo Verde terá proximamente um serviço de hemodiálise, a funcionar, numa primeira fase, junto do Hospital Agostinho Neto, na Praia. O anúncio é do director-geral da Saúde, para quem a futura unidade visa servir os cerca de 200 doentes renais crónicos identificados no país e, que são obrigados a fixarem-se em Portugal para receber tratamento, deixando atrás de si Cabo Verde e suas famílias. Carlos Brito garante que o projecto arrancará a partir de Janeiro de 2005, em parceria com o Estado Português e a também portuguesa Pluribus, empresa privada com experiência em hemodiálise.

O director-geral da Saúde avança que o referido serviço será montado junto do Hospital Agostinho Neto, na Praia. O projecto contempla a construção da estrutura física, composta por duas salas de diálise, gabinetes para médicos e uma estação para tratamento de água.

A citada unidade para o tratamento de doentes renais crónicos trabalhará, numa primeira fase, com pelos menos três médicos permanentes, além de enfermeiros e pessoal auxiliar. O Ministério da Saúde prevê, na fase seguinte, montar um posto de hemodiálise no Hospital Baptista de Sousa, em São Vicente. O arranque do projecto, previsto para acontecer a partir de Janeiro de 2005, está apenas a depender da assinatura do protocolo de cooperação por parte das autoridades portuguesas.

Quanto a custos, o funcionamento do futuro centro de hemodiálise de Cabo Verde não ficará barato. O DGS estima que, nos primeiros 5 anos, tal unidade deverá custar ao tesouro público uma média de 60 mil contos por ano. Montante inferior, no entanto, aos gastos — cerca de 200 mil contos anuais

— que o Estado de Cabo Verde suporta só em passagens para evacuações de doentes, actualmente em número de 310, para Portugal, já que a assistência médico-medicamentosa e o internamento dos pacientes são assegurados pela cooperação portuguesa. Destes cerca de 200 padecem de doença renal crónica e residem, neste momento, em terras lusas, porque o país não pode dar-lhes a hemodiálise que necessitam para continuar a viver.

Daí a importância, na perspectiva de Carlos Brito, da montagem deste serviço de hemodiálise na Praia. “A montagem de um serviço de hemodiálise em Cabo Verde vai diminuir, significativamente, o sofrimento humano resultante das evacuações dos doentes crónicos renais para Portugal, que deixam para trás as suas famílias e o seu país. Do ponto de vista técnico constitui, indubitavelmente, um passo importante a nível de saúde, porquanto fará elevar o nível profissional dos quadros e técnicos nos hospitais e em Cabo Verde, no geral. Pois, estamos a falar da substituição duma função importante de um dos órgãos do corpo humano (rim), através da hemodiálise”.

O entrevistado de **A Semana** informa ainda que a novel infra-estrutura de saúde funcionará, numa primeira fase, com o apoio de quadros técnicos lusos. “Numa primeira fase contamos trabalhar com técnicos portugueses e cabo-verdianos. Mas esperamos que, num horizonte de três anos, estejamos autónomos em matéria da hemodiálise, laborando autonomamente com técnicos nacionais”.

Esta recente decisão de criar um serviço de hemodiálise no Hospital Agostinho Neto surge momentos depois de o governo ter anunciado o início da

montagem, na Praia, de uma unidade de oncologia, para tratamento do cancro. “Além de responder ao apelo dos doentes renais crónicos e da sociedade em geral, a justificação da montagem de um serviço de hemodiálise no Hospital Agostinho Neto, prende-se com o facto de Cabo Verde passar agora a dar uma atenção maior às doenças degenerativas, como a insuficiência renal, diabete, hipertensão arterial, problema cardiovascular, entre outras, que emergem actualmente no país. São doenças que, de certa forma, estão relacionadas com a idade das pessoas”, fundamenta Carlos Brito, para quem na década de 80 a prioridade, em matéria da política nacional da saúde, estava sobretudo virada para doenças infecciosas, cujo controlo está praticamente assegurado.

De salientar que a hemodiálise é, segundo entendidos na matéria, uma alternativa de tratamento para pacientes com insuficiência renal crónica, realizada normalmente nos hospitais ou nas unidades de terapia renal, sempre na presença de um médico e um enfermeiro. Trata-se de um tratamento que remove as substâncias tóxicas e o excesso de líquido acumulado no sangue e tecidos do corpo, em consequência da falência renal. O sangue é removido do corpo para um sistema extra-corpóreo (máquina de diálise), através de uma bomba, que impulsiona para dentro de um filtro-catalisador, também conhecido como rim artificial. Porque o processo de filtragem sanguínea extra-corpóreo é uma terapia intermitente, a hemodiálise dura entre 4 e 5 horas, exigindo que o paciente se desloque ao hospital ou à unidade de tratamento três vezes por semana, no mínimo.

Alirio Dias de Pina

AGRICULTORES PROCURAM SEMENTES EM SANTO ANTÃO

Os agricultores santantonenses estão com dificuldades para adquirir sementes de batata comum no mercado nacional. Numa altura em que continua a chover quase todos os dias em certas zonas de Santo Antão, depois da boa chuvada de Novembro, a procura por esse tipo de semente disparou já que os agricultores querem aproveitar o campo molhado e o aumento do caudal de água nas nascentes para cultivar essa espécie de tubérculo.

A vontade de cultivar a batata é tanta que, segundo uma fonte de **A Semana**, certos agricultores de Martiene tiveram de recorrer ao mercado de Santiago para conseguir algumas sementes. Só que, além do preço exagerado — comprou-se um saco de 25 quilos até por cerca de cinco mil escudos —, conseguiram pouca quantidade porque também a ilha de Santiago debate-se com o mesmo problema.

Mas na ânsia de lavrar o terreno agrícola o quanto antes, algumas pessoas adquiriram, inclusive, sementes retiradas das toneladas de batata que foram deixadas ao lixo em São Vicente, no passado mês de Novembro, porque se tinham estragado no porão do navio que as transportava para Cabo Verde. “Com alguma desconfiança comprámos aquela batata mas, graças a Deus, ela germinou e as culturas parecem saudáveis. Porém, desejamos que as empresas importem outras sementes o mais breve possível para que possamos cultivar estas terras”, nota o agricultor André Manuel.

E, ao que tudo indicava, já ontem à tarde dois operadores no Porto Novo deviam colocar à venda alguns sacos de sementes. Contudo, segundo uma fonte bem colocada, a oferta estará longe de satisfazer a procura. Por isso, se houver disponibilidade de transporte marítimo, é bem possível que ainda este mês se possa importar mais um carregamento.

Seja como for, os agricultores mostram-se bastante animados com “a boa” chuva de Novembro e os chuviscos que têm bafejado algumas localidades de Santo Antão ao longo das últimas semanas. Panorama estimulante para quem já semeou feijões, batatais, abóboreiras e espera colher frutos daqui a alguns meses. “As culturas estão bonitas e aguardamos que o tempo aqueça para ver como irão se comportar. E como somos gente de muita fé, trabalhamos com coragem de modo a que a natureza nos abençoe”, refere uma moradora de Martiene, vale verdejante do Porto Novo onde actualmente se produz muitas toneladas de batata comum por ano.

JAM